

PELAS MÃOS DE PENÉLOPE: TECER AS LINHAS DE NOSSO PENSAMENTO POLÍTICO¹

Lidiane Soares RODRIGUES*

O livro *Linhagens do pensamento político brasileiro*, de Gildo Marçal Brandão, resultado de sua livre-docência defendida em 2004, no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, vem a lume pela Editora Hucitec. Trata-se do fruto de muita dedicação à pesquisa e à docência, expressando uma salutar sensibilidade, tanto para cisões ideológicas quanto para problemáticas de longa duração que atravessam formulações com sinais ideológicos opostos – um dos trunfos inegáveis do trabalho que, especialmente em função desse traço, convida à autocrítica. Sendo elementar lembrar que não temos uma história feliz, é inegável que “os países que não as têm costumam delegar muito aos seus intelectuais.” (BRANDÃO, 2007, p.151). Ainda que reconheçamos a obsolescência do papel demiúrgico do intelectual face à modernização econômica e social das últimas décadas, esse mesmo processo exige e dificulta a reelaboração de nossos compromissos com a sociedade – problema enfrentado com espírito vigoroso no livro em tela.

Ele se compõe de duas partes: “Linhagens do pensamento político brasileiro” e “Teoria e política a partir da periferia”. O longo ensaio introdutório que intitula a primeira parte apresenta a abordagem adotada pelo autor. Nele se encontra a hipótese da “existência de famílias intelectuais”, que, a despeito da “[...] aparência imediata das coisas, estruturam historicamente o pensamento político e, por essa via, a luta ideológica [...]” no Brasil (BRANDÃO, 2007, p.15). Consciente da zona fronteira em que se move a proposta, o autor começa pontuando os problemas, encaminhando-os, tomando posição nas questões centrais que encaram os que se dedicam aos “estudos intelectuais”. A primeira baliza a ser delimitada diz respeito à oposição à corrente noção de uma vida das idéias inorgânica, correspondente a certa sociedade mal constituída. À maneira dos clássicos de que tratará, parece buscar a especificidade

* Doutoranda em História Social. Bolsista Capes. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Pós-Graduação em História Social. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – bailadoraandaluz@usp.br

¹ Resenha da obra: BRANDÃO, G. M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: HUCITEC, 2007.

dessa vida das idéias, que não é “aleatória; faz, ao contrário, sistema e sentido”, ainda que “[...] descontínua, sujeita a ciclos de substituição cultural de importações que, por vezes, parecem fazer tabula rasa [...]” de seus predecessores. Se a herança à qual se ligam não é reconhecida pelos agentes, eis matéria para boa reflexão, não para adotar com explicação. Pois as “[...] principais correntes não nasceram ontem e não se explicam apenas em função das conjunturas.” (BRANDÃO, 2007, p.45). Constituem, ao contrário, modo especial de se interpelar “[...] projetos políticos que buscam hoje dirigir os processos de reconstrução do capitalismo brasileiro, de aprofundamento ou contenção da democracia política, e de inserção autônoma ou subalterna do país no movimento do mercado mundial.” (BRANDÃO, 2007, p.46). Não apenas na esfera política, mas na acadêmica, a vitalidade das formulações clássicas emerge, não em querela, mas alinhada ao empenho em incorporar “avanços metodológicos” de nível internacional. A maioria dos “[...] trabalhos mais importantes que foram publicados no país nas últimas décadas sobre eleições, partidos e sistemas partidários, governo, instituições e políticas públicas podem ser enquadrados [...]” (BRANDÃO, 2007, p.46), *mutatis mutandis*, na família dos “idealistas constitucionais” ou dos “idealistas orgânicos”, noções bebidas em Oliveira Vianna.

Tangencia-se com isso, outra controvérsia enfrentada pelo autor – se não cabe traçá-las todas, as que circunscrevem seu terreno analítico devem ser indicadas. A vitalidade dessas famílias e de seus patriarcas é de magnitude que se estende ao presente. Convicto disso deve o autor tratar de questão subjacente à afirmação: remeter as formulações teóricas exclusivamente ao contexto que as originou, ou elaborar uma alternativa ao radicalismo “historista”. Sua posição é inequívoca. “Assumo como pressuposto que nenhuma grande constelação de idéias pode ser compreendida sem levar em conta os problemas históricos aos quais tenta dar respostas e sem atentar para as formas específicas em que é formulada e discutida [...]”. Contudo, “nenhuma grande constelação de idéias pode ser inteiramente resolvida em seu contexto.” (BRANDÃO, 2007, p.33). Segundo ele, pois no período “abordado por este estudo, houve profundas mudanças”, sem que alterassem ou esgotassem “a estrutura básica da realidade sobre a qual nossos autores refletem.” (BRANDÃO, 2007, p.31). Mas não apenas por isso. É evidente que o pecado maior, no dizer de Lucien Febvre, espregueia o analista que se aventura pela História, o anacronismo. Mas recuperar a vitalidade das formulações dos clássicos, recusando-os, expressa uma coerência central no trabalho em questão: *a recusa da cisão entre teoria e história*. Se remeter as idéias exclusivamente a seu contexto impediria a elaboração teórica; erigir a teoria em constructo aplicável por meio de adaptações externas a ela apagaria a historicidade das mesmas e das sociedades que pretendem explicar.

Na pretensão de interpelar, por meio dos clássicos, projetos políticos em disputa, remetendo-os à tradição familiar a ser esquadrihada, há uma crítica

a certa vertente de estudos intelectuais. Orientada por um corte entre ensaísmo dos clássicos e profissionalismo dos acadêmicos, ela erige “a sociologia da vida intelectual ou a sociologia das instituições acadêmicas em sucedâneo da sociologia do conhecimento”, adotando como critério valorativo a “enésima remissão ao grau de institucionalidade da disciplina” (BRANDÃO, 2007, p.22). A consequência mais indesejável reside no trato do ensaísmo como “pré-história ideológica” e em ignorar que “aprendemos todos a pensar o país com aqueles pensadores.” (BRANDÃO, 2007, p.25). A alternativa consiste em realçar “um corpo de problemas e soluções intelectuais, de um estoque teórico e metodológico” aos quais somos obrigados a nos referir ao enfrentarmos as “novas questões postas pelo desenvolvimento social [...]” (BRANDÃO, 2007, p.23). Em suma, é chegado o tempo em que podemos reconhecer os débitos com os clássicos, em que devemos superar a auto-afirmação, subterrânea à vertente criticada.

Esse programa articula-se com a percepção de que “[...] uma das particularidades do estudo do pensamento político é que ele aspira a ser parte constitutiva do objeto estudado.” (BRANDÃO, 2007, p.33). E assim se passa, tanto menos reconheçam os sucessores seu débito para com os predecessores – como o autor sugere – e tanto mais seja factível a relação entre o esforço de “pensar o pensamento” e os “momentos em que nossa má formação fica mais clara”, convocando que se refaça “espiritualmente o caminho percorrido antes de embarcar em uma nova aventura.” (BRANDÃO, 2007, p.28).

O autor procura delinear “formas de pensamento” aparentadas com o “idealismo orgânico” e com o “idealismo constitucional”, que do final do XIX para cá foram dominantes no pensamento político e social brasileiro. Interessa-lhe também mapear “as primeiras concepções antiaristocráticas do País”, celebrizadas por Antonio Candido como “pensamento radical de classe média”, bem como, na denominação do próprio autor, em trabalho anterior, “o marxismo de matriz comunista” – ambas as vertentes, frutos “legítimos de ‘nossa revolução’”, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda.

A leitura do conjunto da primeira parte pode verificar o programa de análise em pleno exercício. Tanto no capítulo dedicado a Oliveira Vianna, exemplar do “idealismo orgânico”, quanto no capítulo dedicado a Oliveiros S. Ferreira, em que a familiaridade da linhagem intelectual com o primeiro é finamente reconstituída. Com efeito, indo ao essencial que os familiariza, esboça-se uma imagem de Brasil: “ao contrário da Europa e dos Estados Unidos”, aqui, o “Estado não deveria ser tomado como a principal ameaça à liberdade civil, mas como sua única garantia.” (BRANDÃO, 2007, p.101). Evidentemente, no processo analítico de um e outro, andamentos teóricos e projetos políticos dele tributários são destacados, contudo, a partir desse “diagnóstico” comum.

Em Oliveira Vianna, por exemplo, é defendida a retomada da obra centralizadora do Império, “[...] dar prioridade à construção da ordem sobre a liberdade, dar autonomia à Justiça, organizar o povo e educá-lo, construir uma sociedade civil (civilizada) por meio da ação racional de um novo Estado centralizado [...]”, pois “só depois de conquistada a liberdade civil é que deveríamos nos lançar à construção da política.” (BRANDÃO, 2007, p.101). Já em Oliveiros se observa que também a “predominância da autoridade sobre a liberdade” resulta “da falta de organicidade da sociedade civil” (BRANDÃO, 2007, p.102), cabendo “ao Estado realizar as tarefas que deveriam ser das classes sociais” (BRANDÃO, 2007, p.127-128), a proposta é outra, tocando no aspecto mais controverso da figura em questão. Como “a história brasileira parece ter dado um passo além”, na “[...] ausência de uma ‘consciência nacional de classe’, cabe ou coube ao Exército – ao Partido Fardado [...] – executar a ‘única política possível’, qual seja, usar o Estado, fazer que ele organize as classes sociais e, até certo ponto, dar-lhes um projeto.” (BRANDÃO, 2007, p.128). Assim, o autor torna sensível a “presença de Oliveira Vianna [...] a cada página de *Nossa América: Indoamérica*” (BRANDÃO, 2007, p.124) – filiando Oliveiros S. Ferreira em definitivo a Oliveira Vianna, pois “continua longe de poder ser tomado como liberal.” (BRANDÃO, 2007, p.119).

Vale mencionar ainda: a reconstituição desse parentesco atravessa com fineza de espírito certa *genealogia repleta de desentendimentos familiares*. Ora, ligar Oliveiros a Oliveira implica pensar a relação de ambos com as formulações da Sociologia paulista. A relação do segundo é bem “mais complexa do que a simples contraposição ideológica.” (BRANDÃO, 2007, p.127). Quanto ao primeiro, a saída inteligente do autor foi considerar a “ótica anti-senhorial”, não “como uma posição, invariavelmente progressista, mas como um campo, que, como tal comporta uma esquerda e uma direita” (BRANDÃO, 2007, p.113), o que torna o Oliveiros exemplar representativo dele.

A segunda parte se abre com o mote “Pensar o Brasil”, proposto pela celebração de vinte e cinco anos do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Reconhecendo dicotomias por todos os lados e dialética em lado algum, aproximações e distanciamentos são traçados entre autores que, explícita ou implicitamente, pensaram segundo o “ser e o dever-ser” do País, eixo que, enquadrando o problema, orienta o raciocínio, filia-os tanto ao “idealismo orgânico” quanto ao “idealismo constitucional”.

Assim, Raimundo Faoro aparenta-se a Guerreiro Ramos. O primeiro é expressão cabal do divórcio do binômio “ser e dever-ser”, compreensível, pois “[...] não encontra no objeto investigado determinações ou indicações que permitam aproximar o imperativo categórico das circunstâncias concretas que os homens não escolheram para viver.” Tragicamente, “o passado é fardo, o futuro tempestade”

(BRANDÃO, 2007, p.145). Já em Guerreiro Ramos, a noção de formalismo – “discrepância entre a conduta concreta e a norma prescrita que se supõe regulá-la” – remete, em última análise, à retomada da oposição entre país legal e país real. Em ambos, uma mesma “forma de pensar”. Entretanto, se é correto que nada está “mais distante dessa recusa radical do passado e da utopia ética que ela gera do que a visão idealista orgânica”, é indubitável, compartilham “idealismos”, orgânicos ou constitucionais, da mesma “cesura entre o normativo e o empírico”, entre ser e dever-ser, entre País legal e real – segregando-se as linhagens familiares pela aposta em distintas intervenções políticas, que superariam os binômios. Assim, “seja pela direita [...] seja pela esquerda”, é “o objetivo de construir uma ordem burguesa” que se impõe (BRANDÃO, 2007, p.150).

Delimitadas as linhagens familiares, o autor amarra a exposição, apresentando seu programa de pesquisa. A convicção apenas enunciada introdutoriamente – “[...] uma das particularidades do estudo do pensamento político é que ele aspira a ser parte constitutiva do objeto estudado [...]” – a esta altura conforma sua visão do universo acadêmico e de tarefas das quais não pode abdicar. Esse é o andamento que assume o livro em seus dois últimos capítulos. Neles, justifica tanto a adoção de “Desenvolvimento e Democratização” como conceitos programáticos da pesquisa que desenvolve, quanto a retomada da “Teoria Política”. Justificativas que, *salvo engano*, articulam-se num ambicioso projeto de interpretação do Brasil, que se ligue aos clássicos, que supere seus dualismos por meio da dialética, que *analise* as transformações das últimas três décadas, sem abrir mão da *síntese* necessária.

Com efeito, é com referência às transformações globais que elabora seu programa. Denomina o processo dos últimos anos como “revolução capitalista” e a caracteriza não apenas por “reformas institucionais”, mas pela “magnitude das mudanças que vêm acontecendo na forma do Estado”, em “[...] suas relações com as classes sociais, na estrutura patrimonial e no modo de operação dos grupos dominantes, no estilo das políticas públicas, na ascensão e diluição da capacidade de intervenção classista dos grupos subalternos [...]” (BRANDÃO, 2007, p.153-154). Essas transformações, sendo de ordem global, desdobram-se na vida acadêmica, o que exige reconfigurar o sentido das atividades, uma vez que, entregues irrefletidamente ao processo, adotariam a agenda americana de pesquisa, abrindo mão, no limite de “pensar o Brasil”.

Desse modo, abraçar o tema do “desenvolvimento”, a um só tempo permite opor-se à fragmentação disciplinar, retomar a perspectiva interpretativa global, e acertar as contas com um presente em tudo adverso a seu projeto intelectual e político. Para ele, “[...] o capítulo considerado encerrado na trajetória econômica e política brasileira não era apenas esta velha ideologia (o desenvolvimentismo), mas o próprio problema do desenvolvimento [...]”, por

meio tanto da perversa idéia de que a pobreza pode ser eliminada sem ele, quanto na “fórmula hipócrita” segundo a qual o “objetivo de toda política econômica é o crescimento” (BRANDÃO, 2007, p.172). Em suma, para “uma resposta prática ao estreitamento de horizontes e do raio de manobra disponível ao País” é imperativa a “[...] retomada teórica da questão do desenvolvimento [...] como processo social global, por ser distinto do mero crescimento [...] e como projeto de transformação estrutural da sociedade brasileira, encampado por agentes histórico-políticos discerníveis [...]” (BRANDÃO, 2007, p.174).

Na mesma trincheira, a adoção da análise da “democratização” deslinda *compagnons de route* e adversários. A escolha não é simplesmente por “democracia”, como um “dado” – no tempo, como etapa a que chegam todos os povos, nem conceitual, como critério de avaliação da precisão ou equívoco do sistema político. “Democratização” quer indicar processos históricos singulares, sendo válido o paralelo do raciocínio classicamente adotado para o “desenvolvimento”: “a própria existência da democracia ‘desenvolvida’ impede que a ‘subdesenvolvida’ refaça o mesmo caminho.” (BRANDÃO, 2007, p.179). Está em jogo, evidentemente, a ambivalente experiência social dos últimos anos. Se é “cegueira minimizar a amplitude e a profundidade do nosso processo de democratização política”; é também inegável que a estrutura sociopolítica “[...]se flexibiliza para incorporar ‘os de baixo’ mas conserva alguns de seus principais centros de decisão imunes à influência da democracia.” (BRANDÃO, 2007, p. 168). Experiência ambivalente também no que se refere à identidade intelectual. Ora, a “revolução capitalista” tornou ultrapassado o “intelectual demiurgo”, mas urgente a tarefa de se reelaborar os compromissos intelectuais. Essas tarefas ficam indicadas já em seu programa de pesquisa, na medida em que assegura que pensar “desenvolvimento e democratização”, num registro “emancipatório não dispensa, mas exige a intervenção dos cientistas e dos intelectuais.” (BRANDÃO, 2007, p.169). Torna-se necessário o conhecimento “dos mecanismos de transformação dos capitalismo avançado e periférico, e da morfologia política e social brasileira” articulado à “capacidade de propor soluções positivas para os problemas nacionais e regionais” (BRANDÃO, 2007, p.169). O que significa dizer que “[...] nada disso é possível apenas com os políticos profissionais ou com o mundo empresarial ou sindical, sem pesquisa acadêmica, sem a universidade, sem os intelectuais.” (BRANDÃO, 2007, p.169).

Articula-se a esse propósito o chamado que faz à retomada da elaboração teórica nas ciências sociais. Se a presença de Florestan Fernandes é perceptível ao longo de todo o livro, em sua conclusão, torna-se explícita. Não apenas por ser citado textualmente, mas por que o autor, como Florestan, recusa veementemente, a “[...] divisão mundial do trabalho intelectual que reserva ‘teoria’ para os ‘outros’, cabendo-nos a sua ‘aplicação’ às peculiaridades locais e a produção de matéria

empírica para consumo e industrialização pelos intelectuais dos países centrais.” – justificando *teoricamente*, esta perspectiva. Pois “[...] o objeto com que lidamos não é ‘singular’, mas ‘universal’, pode ter significação teórica-em-si, tanto no sentido de que pode ser a manifestação local de um processo mundial, como porque pode ser o ponto – o elo mais fraco? – em que pode ser reconhecido e criticado como tal.” (BRANDÃO, 2007, p.180). O tom é familiar aos que visitaram *A sociologia numa era de revolução social*, de Florestan Fernandes, verdadeira convocação em nome de uma ciência social com pretensões universais, que se constituísse por meio de problemáticas específicas dos “países periféricos”, inacessíveis, ou pouco afeitas, inclusive, às pesquisas dos cientistas sociais que não as formulassem desse ângulo do sistema mundial.

Não é inocentemente que passa pelas dificuldades e riscos envolvidos nesse programa – com tom de manifesto em algumas passagens – ao contrário, procura enfrentá-los. Estão na ordem do dia: a necessária vinculação entre teoria e história, como já se entrevia na abordagem metodológica que anunciava introdutoriamente o diálogo entre filosofia e ciência social, pois a ele se vincula as possibilidades da produção intelectual de valor.

Não se encerre essa breve resenha sem apontar o estilo fluido da escrita, traço coloquial que guarda algo de oralidade, aliado às rédeas com que segura o raciocínio, e que por isso, chama a atenção do leitor. Impossível também não apreciar a concepção da ilustração da capa – raros livros encontram o que, na falta de expressão melhor, chamaria de sua “tradução gráfica e artística”. Imagens bem escolhidas são recursos compreensivos impagáveis. Talvez por isso, dentre as que o trabalho nos deixa, menos por sua menção e mais pela adoção da diretriz que a metáfora sugere, fica a convicção de que somos todos aparentados mesmo é com Penélope, que só sobrevive ao refazer seu próprio caminho, desfazendo o entrelace de linhas, restabelecendo-os novamente à luz da experiência contínua dessa mesma atividade.